

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE RELVADOS (NATURAL E SINTÉTICO) DE INSTALAÇÕES DESPORTIVA MUNICIPAIS

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/08, de 21 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de Agosto)

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

- 1. OBJECTO**
- 2. CONTRATO**
- 3. PRAZO**
- 4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**
- 5. PREÇO CONTRATUAL**
- 6. OBJECTO DO DEVER DE SIGILO**
- 7. PRAZO DO DEVER DE SIGILO**
- 8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 9. PENALIDADES CONTRATUAIS**
- 10. ACTUALIZAÇÃO DO CUSTO DOS SERVIÇOS**
- 11. FORÇA MAIOR**
- 12. RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE**
- 13. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO**
- 14. FORO COMPETENTE**
- 15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**
- 16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Parte II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E OUTRAS (CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

- 17. MEMÓRIA DESCRITIVA DO SERVIÇO A PRESTAR**

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

1. OBJECTO

- 1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento de consulta prévia, que tem por objecto a aquisição de serviços de manutenção de relvados (natural e sintéticos) de instalações desportivas municipais, que abaixo se enunciam e de acordo com o mencionado na Parte II (“Cláusulas Técnicas e Outras”) deste Caderno de Encargos:

- a. Relvado natural do Estádio Municipal de Anadia;
- b. Relvado natural do Campo de Rugby da Moita;
- c. Relvado sintético Futebol 11; e
- d. Relvado sintético Futebol 7.

2. CONTRATO

- 2.1. O contrato, se a ele houver lugar, deve ser composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus respectivos anexos.

3. PRAZO

- 3.1. O contrato que vier a ser celebrado na sequência do, entra em presente procedimento vigor na data da sua assinatura e mantém-se em vigor pelo período de 12 meses.

4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

- 4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
- a) Prestar os serviços à entidade adquirente, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - c) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - d) Prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem.

5. PREÇO CONTRATUAL

- 5.1. O preço base do procedimento é de **20.300,00 €** (vinte mil e trezentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço base para cada uma das instalações desportivas objecto do presente procedimento o seguinte valor, acrescido do IVA legal em vigor:

Lotes	Valor
Manutenção do relvado natural do Estádio Municipal de Anadia	12.000,00 €
Manutenção do relvado natural do Campo de Rugby da Moita	5.500,00 €
Manutenção do relvado sintético Futebol 11	1.500,00 €
Manutenção do relvado sintético Futebol 7	1.300,00 €

6. OBJECTO DO DEVER DE SIGILO

- 6.1.** O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Anadia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 6.2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 6.3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

7. PRAZO DO DEVER DE SIGILO

- 7.1.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao momento da adjudicação do processo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1.** As quantias devidas pelo Município de Anadia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do n.º 4 do artigo 299, Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, designado por CCP, na sua actual redacção, após a recepção pelo Município de Anadia das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.
- 8.4.** Em caso de discordância por parte do Município de Anadia, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

9. PENALIDADES CONTRATUAIS

- 9.1.** Sem prejuízo no disposto no ponto 12 do presente caderno de encargos, caso se verifique atraso ou incumprimento na prestação de alguma das tarefas contratualizadas, por razões imputáveis ao

adjudicatário, que não resultem de força maior, será aplicada uma penalização diária de 2% (dois por cento) do valor mensal da adjudicação, por cada dia de atraso, até ao limite legalmente estabelecido.

10. ACTUALIZAÇÃO DO CUSTO DOS SERVIÇOS

10.1 Não é permitida, no período de vigência do contrato, a actualização de preços.

11. FORÇA MAIOR

11.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

11.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

11.3. Não constituem força maior, designadamente:

11.3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

11.3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

11.3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

11.3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

11.3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

11.3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

11.3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

11.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

11.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12. RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

12.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Anadia pode resolver o contrato, a título sancionatório, a todo o tempo, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

12.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

13. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

- 13.1.** O adjudicatário poderá rescindir o contrato nos termos previstos neste caderno de encargos, ou na Lei.
- 13.2.** A rescisão não poderá afectar a execução dos serviços num prazo inferior a 60 dias úteis a contar da data da notificação.

14. FORO COMPETENTE

- 14.1** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 15.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 15.2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1** O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E OUTRAS

17. MEMÓRIA DESCRITIVA DO SERVIÇO A PRESTAR

17.1. Manutenção do relvado natural do Estádio Municipal de Anadia

A - Descrição dos trabalhos a executar no final da época desportiva, previsivelmente a serem realizados na primeira quinzena de Maio 2022:

- Reposição de tapete de relva específica para relvados desportivos nas áreas de baliza (aprox. 50 m²);
- Arejamento com formões ocos à profundidade de 22cm, com 25 mm de diâmetro;
- Recolha de charutos e descarga nas imediações do relvado, do lado de fora;
- Fornecimento e aplicação de 400 Kg adubo de libertação lenta para relvados - Adubação com o "24-7-7 9S" (indicar pelo concorrente o tipo de adubo e quantidade recomendada);
- Espalhamento de areia do rio lavada e limpa, fornecida pelo Município (aprox. 40m³) a qual será colocada numa zona limpa do lado de fora do relvado);
- Passagem de rede dragmat;

Descrição dos trabalhos a executar, previsivelmente a serem realizados na segunda quinzena de Outubro 2022:

- Escarificação do relvado e limpeza do material escarificado se necessário;
- Espalhamento de areia do rio lavada e limpa, fornecida pelo município (aprox. 20m³) a qual será colocada numa zona limpa do lado de fora do relvado);
- Passagem de rede dragmat;
- Ressementeira geral com mistura de graminéas tetraploides, Eurosport 4-4-2 (80% *lolium perenne* 4Turf) (aprox. 200 kg).
- Arejamento com formões sólidos de 12mm à profundidade de 10cm;

Outros serviços a executar no decorrer da época desportiva

- 8 Intervenções de arejamento mensais, com formões sólidos de 12mm à profundidade de 10cm;
- Reposição de tapete de relva específica para relvados desportivos nas áreas de baliza sempre que os danos ultrapassem os 2 metros quadrados por baliza;

B – Apoio técnico após a intervenção de final de época:

- Visitas trimestrais para avaliar o estado do relvado, com a elaboração de relatório que poderá ser enviado por correio eletrónico, entregue aos serviços técnicos do Município de Anadia responsáveis pela instalação desportiva com plano de fertilização, controlo de infestantes, pragas e doenças que possam existir, caso se verifique.

17.2. Manutenção do relvado natural do Campo de Rugby da Moita

A - Descrição dos trabalhos a executar no final da época desportiva, previsivelmente a serem realizados no final de Junho 2022:

- Escarificação simples do relvado e limpeza do material escarificado;
- Espalhamento de areia do rio lavada e limpa, fornecida pelo município (aprox. 40m³) a qual será colocada numa zona limpa do lado de fora do relvado);
- Passagem de rede Dragmat
- Fornecimento e aplicação de 300 Kg adubo de libertação lenta para relvados - Adubação com o "24-7-7 9S" (indicar pelo concorrente o tipo de adubo e quantidade recomendada);
- Fornecimento de mistura de gramíneas tetraploides, Eurosport 4-4-2 (80% *loium perenne* 4Turf) (aprox. 100kg).

B – Apoio técnico após a intervenção de final de época:

- Visitas trimestrais para avaliar o estado do relvado, com a elaboração de relatório que poderá ser enviado por correio eletrónico, entregue aos serviços técnicos do Município de Anadia responsáveis pela instalação desportiva com plano de fertilização, controlo de infestantes, pragas e doenças que possam existir, caso se verifique.

17.3. Manutenção do relvado sintético Futebol I I

A - Descrição dos trabalhos a executar no final da época desportiva, previsivelmente a serem realizados no início de Junho:

- Aspiração da superfície do relvado sintético;
- Escovagem;
- Colagens das juntas e linhas de jogo que necessitarem;
- Desinfecção Bacteriológica- desinfecção alcalina com detergente desenvolvido especificamente para relvados sintéticos, por forma a eliminar bactérias e fungos existentes.

B – Considerações:

- Levar todo o material recolhido (fibra do sintético e eventualmente alguma borracha) com entrega de cópia de comprovativo de entrega de resíduos, em ponto de reciclagem.

17.4. Manutenção do relvado sintético Futebol 07

A - Descrição dos trabalhos a executar no final da época desportiva, previsivelmente a serem realizados no início de Junho:

- Aspiração da superfície do relvado sintético;
- Escovagem;
- Descompactação;
- Colagens das juntas e linhas de jogo que necessitarem;
- Desinfecção Bacteriológica- desinfecção alcalina com detergente desenvolvido especificamente para relvados sintéticos, por forma a eliminar bactérias e fungos existentes.

B – Considerações:

- Levar todo o material recolhido (fibra do sintético e eventualmente alguma borracha) com entrega de cópia de comprovativo de entrega de resíduos, em ponto de reciclagem.